Opinião

Cartas de Leitores

Envie cartas para: av. Jaguaré, 1.485, CEP 05346-902 - SP - E-mail: cartas@valor.com.br. As cartas e e-mails deverão conter nome, endereço e telefone. Os textos poderão ser editados por limitação de espaço.

Artigo de Marcelo Neri

"Nossos cumprimentos ao articulista Marcelo Côrtes Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e professor da EPGE/FGV, por seu importante artigo 'Violência, desemprego e o sonho virtual', publicado no **Valor** de 15/4 à pág. A15."

MILÚ VILLELA

Presidente — *Faça Parte - Instituto Brasil Voluntário*
Museu de Arte Moderna de S. Paulo
Associação Comunitária Despertar
São Paulo, SP

Biotecnologia

"Em relação ao artigo 'Biotecnologia e política de patentes no Brasil', de Maria Thereza Wolff, publicado no **Valor** de 10/4 à pág. E2, a autora opina que 'é um absurdo estabelecer em lei que um ato inventivo como isolar material biológico não seja invenção'.

Gostaria de expressar minha opinião de que ao isolar material genético de um ser vivo, a invenção se refere ao processo de isolamento do material, e não ao material em si, uma vez que o material, uma vez isolado, é encontrado pelo pesquisador tal qual será patenteado, diferentemente de um produto químico sintetizado que não exista na natureza. A aplicação industrial do material seria outro item patenteável, ao meu ver, pois impica em pesquisa e a conseqüente

'descoberta' da aplicação.

A minha opinião é a de que o material genético deve ser considerado propriedade dos países onde o ser vivo que o contém se encontra. Assim, os benefícios advindos das patentes devem contemplar a região onde o ser vivo foi encontrado. O mérito do pesquisador deve estar relacionado à pesquisa em si e não ao material encontrado. O material é complexo em si e fruto de milhões de anos de evolução, não devendo ser considerado, portanto, obra de um pesquisador."
MARCELO FARIA DE OLIVEIRA ROXO
mforoxo@ig.com.br

Artigo de Eliana Cardoso

"Li a coluna de Eliana Cardoso publicada no **Valor** de 16/4 à pág. A13, intitulada 'Trabalho infantil' e gostaria de fazer alguns comentários. Refiro-me à questão das contrapartidas em políticas públicas de transferência de renda. Ainda que consideradas, por diversos estudos na área, como essenciais para a eficácia do combate à pobreza, as contrapartidas não foram, até o presente momento, incorporadas (e integradas) nos diversos programas sociais.

Com relação ao trabalho infantil, podemos desenvolver o seguinte raciocínio: a junção de dois programas isolados (PETI, do Ministério da Assistência Social; Bolsa Escola, das Secretarias e Ministério da Educação), cuja

contrapartida era a obrigatoriedade de frequência à escola, aliado à transferência de renda, levou a um resultado almejado (ao menos diretamente) por apenas um dos programas.

Aonde quero chegar? Bem, creio que a fragmentação dos programas sociais (recorrentemente diagnosticada pelos analistas) contém um elemento perverso implícito, qual seja, a falta de integração entre as contrapartidas. Tal falha, ao meu ver, é tão prejudicial quanto a ocorrência de problemas gerenciais e a ausência de avaliação da eficácia e eficiência dos programas sociais.

Explico-me: a integração das contrapartidas permitiria um incremento na eficácia dos programas, uma vez que seus benefícios podem ser (e na maioria das vezes, são) cruzados. Assim, a título de exemplificação, a exigência de obrigatoriedade de frequência à escola, aliado à necessidade de um número mínimo de exames de pré-natal e à frequência à cursos de alfabetização ou de supletivo, podem enredar toda a família em um ciclo de melhoria das condições de vida. Saúde, educação e renda estariam abarcados, conjuntamente, neste simples exemplo.

São questões que o artigo, com seus argumentos limpidos e precisos, fizeram surgir."
FELIPE LEITÃO VALADARES ROQUETE
Belo Horizonte, MG